

Um Possível Columbário Fúnebre na Ribeira dos Bispos, nos Açores

Félix Rodrigues* & Mário Jorge Costa**

*Doutorado em Ciências do Ambiente, Universidade dos Açores.

**Investigador Independente, Ponta Delgada.

Introdução

De acordo com Bosworth (1905), os povos que os gregos designaram por fenícios, foram excelentes navegadores e empreendedores e exploraram ilhas e promontórios, rios e baías, um pouco por todo o mundo conhecido, desde a costa de Malabar na Índia às lagoas do Báltico. Tais povos de navegantes e comerciantes, também segundo os gregos, saíram de Tiro e Sidão levando as suas mercadorias até pontos distintos do Extremo Oriente, usando para tal uma ciência considerada por alguns como sendo muito rudimentar, mas há que admitir, que na verdade quanto maiores fossem os contactos com outras culturas, maiores seriam as artes e conhecimentos práticos que tais povos poderiam adquirir. Se é verdade que tais povos chegaram tão longe como se admite, e que todo e qualquer ser humano tem capacidade para aprender, então também deverá ser verdade que estes povos eram possuidores de um conhecimento de ponta na sua época e que pelo que se sabe, nenhuma outra civilização o possuía ou detinha.

Foram também estes povos, ditos de fenícios, num período anterior a todos os registos históricos contemporâneos, que introduziram os primeiros caracteres escritos e que originaram praticamente todos os alfabetos do mundo ocidental, levando a um desenvolvimento intelectual, cultural e artístico sem precedentes.

Vem isto a propósito das afirmações categóricas e infundadas daqueles que dizem que nenhum povo da antiguidade possuía o conhecimento técnico, cultural ou científico, capaz de navegar no Atlântico. É difícil conceber que um povo que é capaz de navegar desde o Mediterrâneo, ao Báltico, às costas da Índia ou até mesmo ao Golfo da Guiné, como é referido ter sido conseguido por Hanão (Hanno ou Hannon, Cartago, c. 500 a.C. —?440 a.C.), almirante cartaginês que empreendeu na primeira metade do século V a.C. uma viagem de colonização e exploração à costa atlântica de África, atingindo, pelo menos, a zona equatorial africana (Merlin, 1944), que não pudesse chegar mais longe em mar aberto, quando as correntes marítimas atlânticas empurram navegadores pelo mar fora, mesmo quando estes não o pretendiam. De nada serve uma opinião contra a natureza das coisas, porque a natureza das coisas é sempre muito mais forte do que toda e qualquer opinião.

Tanto os estudos oceanográficos como os estudos paleoclimáticos, ou tão só os estudos das correntes marinhas dos mares do mundo (ver Juliano & Alves, 2007) provam que é possível ir de um ponto a qualquer outro ponto do planeta, por mar, e com muito pouco, mas nem sempre sem tragédia. A tragédia está quase sempre associada ao mau tempo e por isso mesmo é muito mais fácil navegar em determinados períodos do ano do que noutros, mesmo na atualidade, quando possuímos um conjunto vasto de tecnologias de ponta para a navegação. Mesmo nos dias de hoje temos embarcações fortes e fracas que se afundam no

Atlântico e outras, que se salvam miraculosamente, cheias de migrantes, como por exemplo no Mediterrâneo.

Nos últimos 11 000 anos de facto houve algumas alterações na corrente dos Açores e na corrente do Atlântico Norte que se traduziu numa pequena deslocação mais para sul (Schiebel, *et al*, 2002), favorecendo nessa altura mais do que nos dias de hoje, a navegabilidade à latitude do Mediterrâneo.

Se se entender que a navegação no Atlântico em tempos ancestrais só poderia acontecer por mero acaso, o atual estudo da NOAA com barquinhos abandonados em diversos pontos do globo, onde se seguem as suas trajetórias com um GPS, mostra que também por mero acaso esses barquinhos podem deslocar-se por si sós em poucos meses da Europa para a América e da América para a Europa, passando frequentemente pelos Açores (ver NOAA, 2016).

Passando por cima do dogma ou postulado da “não navegabilidade no Atlântico” em períodos arcaicos e voltando à navegação antiga, Bosworth (1905) afirma que foram os fenícios que nos ensinaram a navegar com a ajuda da Estrela Polar, quando a navegação grega ainda usava a imprecisa Ursa Maior. Diz também esse autor, terem sido os fenícios que contornaram pela primeira vez o Cabo da Boa Esperança, 2000 anos antes do Vasco da Gama, porque os seus navios chegaram às suas praias nativas trazendo com eles madeira de sândalo de Malabar, especiarias da Arábia, linho fino do Egito e plumas de avestruz do Saara. Do Chipre trouxeram cobre, do Elba, ferro, na costa do Mar Negro fabricaram aço, de Espanha trouxeram prata, da Nigéria, trouxeram ouro, da Sicília, estanho, e do Báltico, âmbar.

Se efetivamente os fenícios navegaram pelos locais mencionados pelos antigos gregos, para regressarem da Índia ao Mediterrâneo teriam que ter uma trajetória semelhante à que Vasco da Gama descobriu e provavelmente no retorno passariam pelos Açores.

Foi a ausência de vento e o excesso de “calma” que fez Vasco da Gama avançar em direção ao Cabo da Boa Esperança. Em vez de se manter junto à costa africana, onde teria de se defrontar com as zonas de calmaria e a corrente da Guiné, Vasco da Gama afastou-se para o centro do Atlântico a partir das ilhas de Cabo Verde. De acordo com relatos, os marinheiros portugueses estiveram três meses sem avistar terra, muito mais do que Colombo na sua viagem que o levou à descoberta da América, que esteve apenas trinta e três dias sem ver terra.

Voltando à possibilidade de navegação arcaica no Atlântico, Axel Mörner & Lind, (2015) afirmam que seria muito difícil na antiguidade efetuar navegações regulares entre o Mediterrâneo e o Báltico, apenas pela rede fluvial, como é defendido na atualidade, e capazes de justificar a enorme quantidade de âmbar comercializada no neolítico ou no período “fenício” nas regiões do Mediterrâneo, pois a rede de ligações fluviais era complexa, com difíceis ligações entre rios, pelo que seria claramente mais fácil fazer essa ligação regular por mar. Para tal seriam necessárias embarcações maiores e mais robustas do que aquelas que seriam necessárias para navegações fluviais. Afirmam ainda esses autores que na Idade do Bronze apenas se sabe de três culturas no mundo ocidental com conhecimentos e capacidades de navegação no Atlântico e também capazes de efetuar tais viagens: Os micénicos os minoicos e os fenícios.

Estudando a arte rupestre da Escandinávia, especialmente os petróglifos de barcos, praticamente todos desenhados em torno de 1750 a.C., Axel Mörner & Lind (2015) sugerem que houve uma navegação intensa no Mediterrâneo nesse período, onde muitos barcos cruzaram o Estreito de Gibraltar e deslocaram-se para norte, provavelmente através da Costa Atlântica.

Curiosamente, há uma grande semelhança entre os petróglifos de navios encontrados nas costas do Báltico e alguns dos descobertos, desenhados em rochas, na ilha Terceira (Rodrigues, 2015b).

Não podemos de forma alguma confundir história, que é escrita, com pré-história que também se escreve com outras linguagens como a genética, a física ou a química (Kenneally, 2015). Advogar o conhecimento histórico para justificar o conhecimento pré-histórico é um erro conceptual e claramente anticientífico.

A opinião de qualquer autodenominado especialista ou socialmente designado por especialista vale tanto como a opinião de um qualquer anónimo indivíduo, se este especialista ou pessoa considerada especialista nunca tiver estado em contacto com um problema idêntico ou com uma realidade idêntica. Não há especialistas sem haver experiência em fenómenos iguais. Não pode haver um especialista sobre um fruto exótico encontrado por uma pessoa na floresta Amazónica, se tal especialista nunca na sua vida se deparou com tal fruto.

Ligando isso à temática que se tem vindo a tratar, há sim questões que podem ser levantadas acerca da navegabilidade no Atlântico e que carecem de uma atenção particular e de procura de respostas pelo método científico. Um especialista em cerâmica não pode querer dar opiniões pouco fundamentadas sobre correntes oceânicas se nunca esteve em contacto com nenhuma delas nem estudou nenhuma delas, mas um especialista em oceanografia física pode de facto dizer que uma determinada cerâmica não é dali, porque de acordo com a sua vivência naquele espaço, nunca encontrou nada igual. Um oceanógrafo físico já esteve forçosamente em contacto direto com cerâmicas, porque elas são usadas por praticamente toda a gente em todo o mundo e são facilmente reconhecidas, mas não facilmente datáveis. Desde que não se deturpe o método científico, porque ele é património imaterial da humanidade, toda e qualquer pessoa deve fazer raciocínios lógicos com ele. Cabe aos académicos ou especialistas em ciência verificar se os dados foram bem recolhidos e se uma hipótese que tenha sido levantada se adequa às observações. Perante a ausência de prova absoluta da ocorrência de um determinado facto, porque a verdade absoluta não existe, outras hipóteses podem ser levantadas e testadas, e afirmar-se-á, até prova em contrário, a hipótese explicativa mais coerente e que mais factos explica, de modo coeso, mesmo que essa explicação seja incompleta. Não se pode confundir a incompletude de uma teoria com teorias ilógicas.

A hipótese da navegação Atlântica pelos fenícios

Falar de navegação fenícia no Atlântico é falar também dos Açores e das suas lendas.

Para admitir a possibilidade da passagem de fenícios pelos Açores basta talvez só falar com especialistas, ou seja, com aqueles que construíram uma réplica de um barco fenício (Phoenicia's) e se fizeram ao mar procedendo do mesmo modo que os gregos afirmaram que

os fenícios navegaram. Essa equipa sim, tem experiência em navegação fenícia (ver Schinas, 2011).

Na figura 1 apresenta-se uma imagem do Phoenicia's inglês, extraída de Schinas (2011), captada ao largo da ilha das Flores no Arquipélago dos Açores.



Figura 1- Réplica de barco fenício (Phoenicia's) a passar junto à ilha das Flores durante a experiência recente de circum-navegação a África (extraída de Schinas, 2011).

O coordenador desse projeto de investigação de circum-navegação de África com um barco fenício (Philip Beale) afirma que tal atividade é prova de que era possível na antiguidade os barcos fenícios circum-navegarem o continente africano e atingir a Índia (Schinas, 2011).

Nessa experiência, o Phoenicia passou a norte da ilha de Santa Helena e encaminhou-se para os Açores, levando nessa viagem cerca de 80 dias. O Phoenicia passou nas Flores e Corvo e ao sair da Horta, com destino ao Mediterrâneo, o navio partiu para o norte, apanhando “boleia” do anticiclone dos Açores (Schinas, 2011).

O que se acaba de expor não permite concluir que fenícios estiveram nos Açores ou que viveram nos Açores, mas permite claramente afirmar que o contrário não pode ser garantido. Nenhuma teoria que se tente construir para explicar uma estrutura ou um achado arqueológico de qualquer natureza que possa apontar nesse sentido, não pode pura e simplesmente assumir que o que diz Ernesto do Canto, reportado por Carreiro da Costa em (1989) que “...as dificuldades de navegação sem terra à vista não permitiriam a navegação em períodos anteriores ao século XV”.

Como se pode perceber, a discussão em torno da descoberta dos Açores e da existência de pessoas nestas ilhas antes da chegada dos portugueses não é uma discussão recente e quer

queiramos ou não, não se evaporará se houver fundamentos mínimos que não sejam negados pela ciência positivista ou pelo pensamento racional. O empirismo ou o que os anglo-saxónicos designam por “felling” pode enganar a mente durante algum tempo, mas mais cedo ou mais tarde, desmancha-se. Por vezes até parece que as leituras dos documentos históricos ou dos testemunhos do passado são propositadamente deturpados para se fazer valer um ponto de vista.

Acerca da navegação arcaica no Atlântico é comum ouvirem-se referências à lenda da Estátua Equestre do Corvo, como sendo referida por Gaspar Frutuoso no século XVI nas Saudades da Terra, em vez de Damião de Gois, na Crónica do Príncipe Dom João de 1567. O autor que faz referência pela primeira vez a essa estátua antiga do Corvo, fica muito claro, no livro VI de Gaspar Frutuoso, que é Damião de Gois, quando o cronista que viveu nos Açores afirma que “E deste vulto dizem os da terra outras coisas, muitas sem fundamento, como no princípio tenho contado, mas o mais certo é, segundo já disse, o que diz o docto e curioso cronista Damião de Gois deste ilhéu, que os mareantes chamam ilha do Marco, porque com ela (por ter uma serra alta) se demarcam, quando vêm demandar qualquer das outras, e que no cume desta serra, da parte do noroeste, ou no poio desta rocha (como dizem os da terra), se achou a estátua de pedra, posta sobre uma lagem, que era em cima de um cavalo em osso um homem vestido com um bedém, sem barrete, com uma mão na coma do cavalo e o braço direito estendido, e os dedos da mão encolhidos, salvo o dedo index, com que apontava contra o ponente; e, porque já desta imagem disse as opiniões diversas que havia e o que poderia apontar com o que dela se fez (sic), não direi mais ao presente, senão que é antigualha mui notável.”. Com esta passagem não só Gaspar Frutuoso afirma que o que lhe dizem na ilha em termos empíricos não faz sentido, como mostra respeito pelo cronista Damião de Góis, transcrevendo quase por completo a descrição que esse cronista faz da estátua, mas não menciona que Góis também refere que existiu uma tentativa de levar a estátua para o continente e que uma tempestade deu cabo dela.

Mesmo tendo existido na ilha do Corvo, a hipotética estátua a que se refere Damião de Góis, com a informação que nos chega nos dias de hoje, mesmo que replicada de modo diferente por muitos autores, não é possível afirmar que tal estátua é de facto antiga ou fenícia, por isso, tal relato nunca se constituirá prova de qualquer presença pré-portuguesa nos Açores. Por outro lado se aceitarmos que tal estátua é pré-portuguesa, é inverosímil que tanto Damião de Góis como Gaspar Frutuoso pudessem datar algo construído, pelo menos dezanove séculos antes dos fenícios. Apesar desse distanciamento cronológico enorme entre o tempo de Gaspar Frutuoso e a cultura púnica, esse intelectual não se coíbe de fazer uma referência a essa cultura no livro III de Saudades da Terra: “E conta o capitão António Galvão que Francisco de Sousa Tavares lhe dissera que, no ano de mil e quinhentos e vinte e oito, o Infante D. Fernando lhe amostrara um mapa, que se achara no cartório de Alcobaça, que havia de cento e vinte anos que era feito e tinha toda a navegação da Índia com o Cabo de Boa Esperança, como os de agora, o qual mapa-mundi cuida que devia ser o que trouxe o Infante D. Pedro. E, sendo assim, isto já em tempo passado era tanto, como agora, ou mais descoberto; e de crer é que deste mapa se ajudaria também muito o Infante D. Henrique para o descobrimento destas ilhas dos Açores, de que falamos. E pode ser que a notícia que delas dariam os fenicianos, que alguns dizem ser os venezianos, que atrás disse, tão antiga as faria por arrumar e pintar nos

mapas que já daquele tempo antigo para cá se fizeram e imprimiram, porque não é de crer que tão graves Príncipes se movessem, sem mais notícia, a descobrimentos tão duvidosos, trabalhosos e tão custosos.”.

Mais uma vez, mesmo fazendo prova da existência de mapas antigos com ilhas no Atlântico, como aquelas que constam do Atlas Catalão de 1375, isso não prova qualquer presença fenícia nos Açores, mas cimenta cada vez mais uma hipótese e fundamenta cada vez mais uma teoria. Tal teoria tem algum interesse? Claro que sim, pois permite enquadrar não só o que se vai encontrando nas ilhas, valorizando esses achados, como também nos ajuda a tornar-nos detentores de um pedaço da história da humanidade.

Se por exemplo tivéssemos lido com atenção o que diziam os nossos maiores cronistas, talvez não tivéssemos desvalorizado e perdido as valiosas moedas cartaginesas e cirenaicas encontradas no Corvo em 1749. A primeira publicação de carácter científico referindo essas moedas deve-se a Johann Frans Podolyn, um numismata sueco que publicou desenhos das moedas no "Göteborgske Wetenskap og Witterhets Samlingar (1778, vol. I, p. 106) numa notícia intitulada "Algumas anotações sobre as viagens dos antigos, derivadas de várias moedas cartaginesas e cirenaicas que foram encontradas em 1749 numa das ilhas dos Açores". Podolyn afirma que essas moedas, com exceção das de ouro, não são raras, sendo apenas notável o "sítio onde foram encontradas", já que não se conhece notícia da presença de cartagineses nos Açores, embora seja possível ligar essa presença à famosa estátua equestre e à inscrição que teria sido encontrada no Corvo à época do povoamento.

Postular que as moedas fenícias do Corvo fariam parte da coleção particular de um numismata corvino, até se pode fazê-lo, mas pensar-se que essa é a explicação mais provável é no mínimo ridículo quando se junta informação dispersa. Por outro lado, há quem entenda que basta dizer que o artigo de Podolyn é antigo, ou que não tem qualquer credibilidade, para que possa simplesmente desaparecer e como tal não constituir prova de que as moedas existiram. Isso é equivalente a negar-se tudo o que foi escrito por todos aqueles que já não estão vivos. No fundo equivale-se a negar um princípio fundamental da construção da história científica: a necessidade de documentação escrita. Só podemos aceitar que as moedas Cirenaicas e Cartaginesas do Corvo existem, mesmo desconhecendo o seu paradeiro.

O barão de Humboldt conhecido geógrafo, naturalista e explorador alemão, tinha uma forte formação científica na sua época, possuindo trabalhos de etnografia, antropologia, física, geografia, geologia, mineralogia, botânica, vulcanologia e humanidades, tendo também lançado na altura as bases de ciências como a Geografia, Geologia, Climatologia e Oceanografia.

Humboldt publica em 1881 o "Examen Critique de la Geographie du Nouveau Monde" onde refere os escritos do abade de Masdion em Saintonge, cosmógrafo do rei Henrique III, André Thevet, que terá passado pela ilha de São Miguel entre 1500 e 1575, e onde diz ter visto uma gruta perto do mar com estátuas de cobras e com algumas letras hebraicas (ver Carreiro da Costa, 1989). Humboldt dá a entender que aceita a tese de Thevet de que "...o povo hebreu habitou não somente a Judeia, mas todo este grande universo...". Acrescenta ainda ter ele

próprio visto na ilha de São Miguel monumentos funerários hebraicos, e que alguns deles, teriam sido convertidos em habitações trogloditas.

Essa explicação para aquilo que Humboldt diz ter visto em São Miguel irritou Ernesto do Canto, como se percebe pelos argumentos que usa para o contradizer (ver Carreiro da Costa, (1989):

- a) Ernesto do Canto afirma que Gaspar Frutuoso nunca falou de tais achados, lembrando que o cronista viveu largos anos em São Miguel e era contemporâneo de Thevet. Usou a falácia da autoridade chamando ao debate a experiência do defunto Gaspar Frutuoso (*argumentum ad verecundiam*), para criticar a hipótese de Humboldt e não acrescentou, talvez maliciosamente, que o próprio Gaspar Frutuoso colocou a hipótese de aqui terem estado ou passado “fenicianos”.
- b) Explica como ocorreu o povoamento de São Miguel e questiona a razão pela qual Thevet não assinalou devidamente a gruta de que fala? Aqui Ernesto do Canto usa a falácia do “estilo sem substância” para criticar Humboldt, mas tem razão quando questiona a falta de provas palpáveis.
- c) Descreve como se processaram os primeiros trabalhos agrícolas na ilha e advoga que os habitantes não tinham tempo para procurar grutas perto do mar, numa tentativa de desfazer a hipótese de Humboldt. Ernesto do Canto volta à falácia do “estilo sem substância” ou de “fugir ao assunto”, entendendo que desse modo está a contradizer logicamente as hipóteses de Thevet e Humboldt.
- d) Afirma ainda que a dimensão das pedras que Thevet refere existirem nessa construção de São Miguel são tão grandes que era impossível obtê-las na ilha ou serem transportadas por “pequenas caravelas”. Compreende-se a perplexidade de Ernesto do Canto perante o que lhe é descrito, uma vez que o conhecimento das culturas arcaicas, especialmente de megalitismo era, à sua época, praticamente nenhum, e certamente Thevet, pela mesma razão, mesmo que estivesse completamente certo naquilo que descreveu, não lhe saberia responder, mas provavelmente Humboldt seria capaz de lhe dizer pelo menos, dado os conhecimentos que tinha de geologia e vulcanismo, que pedras tão grandes como aquelas que Thevet descreve, encontram-se em grande quantidade na própria ilha de São Miguel.
- e) Era impossível navegar no Atlântico antes do século XV, sem terra à vista. Este é pelos vistos um argumento usado desde o século XIX, pelo menos por Ernesto do Canto, para negar uma presença pré-portuguesa nas ilhas, e que tenta manter-se ainda nalguns quadrantes da sociedade, em plenos séculos XX e XXI, desacreditando o conhecimento oceanográfico adquirido, que curiosamente, tem as suas bases assentes nos trabalhos de Humboldt. Acresce também que, na opinião do Tenente-coronel José Agostinho, “...não é nada provável que navios tivessem sido arrastados pelos ventos das costas ocidentais de África para os Açores...” (Agostinho, 1946). De facto tem que se concordar com José Agostinho, porque este autor coloca a questão em termos de probabilidades. Essa trajetória direta, em tempos arcaicos é de facto pouco provável. O mesmo não se poderá dizer das observações de Cunha da Silveira, (1963-1964) que pegando nas

palavras do Tenente Coronel José Agostinho sobre ventos, extrapola-as para “É igualmente muito improvável que embarcações com o calado e características daquela época pudessem ter vencido a distância que as separava do Arquipélago e a braveza do mar em tais paragens.”. Tal afirmação poderia ser válida para viagens que se pudessem realizar no inverno. E no verão, quando o Atlântico tem mar-chão?

A ciência moderna já desmontou todos estes mitos, pelo que não vale a pena perder tempo a escalpelizá-los.

- f) Por último, e para contrariar a hipótese de Humboldt, Ernesto do Canto recorre ao *Argumentum ad hominem*, dizendo que Brunet, no seu “*Manuel de Libraire*” acusa Thevet de mentiroso e considera que a sua obra cosmográfica não tem valor.

Humboldt na sua hipótese não nega a possibilidade de que, por efeito da força dos ventos que chega a vencer a das correntes marítimas, navios fenícios ou cartagineses tenham chegado aos Açores. Lança essa hipótese para um determinado período cronológico, quando tenta explicar o aparecimento de moedas cartaginesas no Corvo. Diz o autor que foram provavelmente os árabes ou os normandos, que visitarem o Arquipélago, na Idade Média, e que poderiam ter levado as moedas das costas da Sicília e de Tunes, onde é de admitir tivessem sido encontradas, embora lhe pareça muito estranho que só essas moedas e não outras, contemporâneas deles, tenham sido abandonadas no Corvo.

Como se pode perceber do exposto anteriormente, a discussão de uma presença pré-portuguesa nos Açores não é nova (veja-se por exemplo o trabalho de Martins, 2015) e muito menos nova é a hipótese de que tenham sido marinheiros fenícios que por aqui andaram. Essa temática voltou a ser levantada por Ribeiro *et al.*, (2010) quando afirmam ter observado estruturas semelhantes a túmulos fenícios tanto na ilha do Corvo como na ilha Terceira.

As hipóteses de Ribeiro *et al.*, (2010) levaram a uma guerra aberta entre arqueólogos, com falácias de todo o tipo, sem que os que os contradiziam sentissem necessidade de confirmar as observações dos primeiros. O método científico necessita claramente de observações palpáveis. Quando as eliminamos do processo, o que podemos estar a construir, será uma imagem virtual de uma hipotética realidade.

Essa hipótese da presença pré-portuguesa nos Açores, mas já não centrada na cultura fenícia, mas sim numa cultura arcaica e num povoamento anterior ao dos portugueses volta a reacender-se com os trabalhos de Rodrigues, (2013); Pimenta *et al.*, (2013); Rodrigues, (2015a); Rodrigues *et al.*, (2015) e Ribeiro *et al.*, (2017), entre outros. Nesses trabalhos prova-se o arcaísmo das soluções técnicas utilizadas em algumas construções e desmistificam-se os seus significados. Data-se pela primeira vez (Rodrigues *et al.*, 2015) uma pia, esculpida num afloramento vulcânico da ilha Terceira como tendo sido construída em período anterior à chegada dos portugueses (com uma idade de pelo menos 950 anos).

Estudos como o de Rull *et al.*, (2017) também vieram provar a existência de uma comunidade instalada na Lagoa das Sete Cidades, na ilha de São Miguel, em período anterior ao povoamento português dessa ilha. É extremamente difícil a partir deste momento argumentar-se contra a realidade física e biológica com hipóteses ou postulados que não tenham observações que nelas se encaixem. Por outro lado, mesmo havendo relatos antigos que

possam contradizer os dados físicos e biológicos são estes últimos que se afirmam cientificamente relativamente aos primeiros, porque, como é sabido, um relato é uma descrição subjetiva de uma realidade, enquanto as análises são objetivas apesar de se admitir que possam de facto conter erros analíticos. Para contradizê-las há que voltar a analisar e provar que, analiticamente, foram produzidos erros.

Não vale a pena continuar a insistir-se que as relheiras da “Passagem das Bestas” resultaram da passagem sucessiva de carros de bois que transportavam lenha para Angra no início do povoamento, quando não há um único dado que comprove tal teoria. Já Martins (2015) mencionava a perplexidade de Darwin e Ferreira Drummond sobre tais estruturas e enfatizava a hipótese por eles levantada, de tais “marcas” serem anteriores ao povoamento português. Recentemente, e em fase de publicação em revista especializada, Rodrigues *et al.*, (2018) datam tais relheiras, quer através das cinzas vulcânicas que as cobriram quer recorrendo ao carbono 14 de um placic que se formou sobre elas (amostra Beta-460931 : PLACICRELHEIRAS, Miami) concluindo que têm no mínimo 1000 anos.

As estruturas funerárias fenícias

Bosworth (1905) descreve as estruturas funerárias fenícias encontradas em Cartago pelos romanos, no período das guerras púnicas, como “câmaras sepulcrais com dimensões entre 12 e 15 pés (entre cerca de três metros e meio e quatro metros e meio), contendo cerca de 10 nichos ou *columbaria* (daí o nome de columbário para estruturas com nichos que se assemelham a ninhos de pombos), esculpidos no interior de formações calcárias e constituindo-se recetáculos para os mortos”.

Clerkin, (2013), estuda algumas estruturas mortuárias fenícias escavadas na antiga Cartago para tentar descrever os antigos cultos que lhe estariam associados. Centra a sua atenção num mini-columbário, provavelmente familiar, do cemitério de Yasmina, datado como tendo sido construído entre o século III e século II antes de Cristo. Afirma o autor que os columbários fenícios diferem bastante dos columbários romanos, porque estes últimos têm as cúpulas normalmente em abóbada. No entanto, Romanelli (1970) afirma que os columbários de Roma, pouco tem a ver com os do Norte da África se tivermos em conta columbários clássicos romanos como o *Monumentum Liviae*. Esse autor sugere que alguns túmulos com câmara do período romano, existentes no norte da África, tanto os situados acima do solo como os subterrâneos têm algumas características comuns com os columbários fenícios.

O mini-columbário fenício que Clerkin (2013) descreve, no cemitério de Yasmina, na antiga Cartago, e que está rodeado de construções funerárias romanas, é uma pequena estrutura com paredes de arenito e calcário, estucadas, tendo no seu interior oito nichos para urnas crematórias. A entrada do columbário está orientada para norte.

No mini-columbário de Yasmina, os pequenos nichos estão dispostos em linha, e certamente as urnas seriam colocadas dentro deles e presas com gesso. Os muros exteriores não apresentam quaisquer evidências de que neles tenha havido inscrições (Clerkin, 2013). Esse autor ainda refere que se encontraram evidências que uma porta de madeira tenha sido utilizada para fechar o túmulo. A estrutura apresenta fraturas que o autor atribui a possível atividade sísmica ou então a movimentos do terreno no local.

Numa tentativa de enquadrar cronologicamente ou tipologicamente o columbário fenício de Yasmina, Clerlin (2013), refere que os nichos dos columbários fenícios eram tipicamente retangulares ou arqueados. Um único nicho geralmente continha duas urnas, por vezes uma única urna e, muito raramente três urnas.

De acordo com Borbonus citado por Clerlin, (2013), o número de nichos num columbário dispunham-se seguidos, numa fila contendo entre um e dez nichos. A disposição dos nichos alinhados é geralmente visto como um fator decisivo para distinguir um túmulo ou columbário de um pombal.

Por outro lado, as fileiras de nichos de um columbário que correspondem a cremações individuais têm de ser facilmente detetadas pelos indivíduos que participavam nessas cerimónias fúnebres. Esse tipo de arranjo permitia que um espetador conseguisse identificar facilmente um nicho de entre muitos. Esse tipo de arranjo espacial promove a “solidariedade espacial” dentro do columbário dando um sentido de “contiguidade” entre unidades, mas separando nichos por fronteiras “frágeis” que podem também separar classes sociais (Clerlin, 2013).

Nos vários trabalhos referidos por Clerlin (2013), vários autores consideram que o "columbário" ganha essa designação a partir dos seus indicadores tipológicos e dos elementos interiores que contém, especialmente os nichos de sepultamento. Também são referidos outros trabalhos onde os autores consideram ser importante a dimensão do columbário, o número e a forma de disposição dos nichos, a sua localização, se abaixo se acima do solo, a data da sua construção, o estatuto do sepultado e as formas de administração desse espaço.

Podemos afirmar com relativa certeza que tanto fenícios como romanos possuíam práticas fúnebres próximas que se traduziam na construção de monumentos fúnebres que se designam por columbários.

Voltando à hipotética presença de fenícios nos Açores, será que o que Humboldt refere existir na ilha de São Miguel, como sendo monumentos funerários hebraicos convertidos em habitações trogloditas poderiam ser estruturas semelhantes a columbários fenícios e romanos? Teria Humboldt em 1881, conhecimentos técnicos suficientes para distinguir um hipotético pombal de um hipotético columbário? Teria nessa data Humboldt, explorador, visto no Mediterrâneo, túmulos fenícios ou hebraicos e por isso os compara com as habitações trogloditas de São Miguel?

Neste trabalho exploraremos as características de uma construção incharacterística encontrada na Ribeira dos Bispos, na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, no concelho da Povoação, ilha de São Miguel.

A estrutura com nichos da Ribeira dos Bispos

Em finais do ano passado (2017), Mário Jorge Costa, coautor deste artigo, sinalizou uma estrutura escavada num enorme bloco de pedra, na Ribeira dos Bispos, freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, concelho da Povoação na ilha de São Miguel, após a abertura de um trilho pedestre na sua proximidade, como sendo um hipotético túmulo fenício. Tal hipótese

parece ter provocado desconforto em alguns arqueólogos que ao visitarem o local logo se apressaram a colocar outras hipóteses interpretativas, justificadas por argumentos ou factos não observáveis. Neste artigo pretende-se aprofundar essa hipótese de columbário tendo em conta a bibliografia especializada da área, a tipologia da construção e os elementos sinalizados na estrutura, dando-lhe um possível enquadramento histórico em coerência com o conhecimento arqueológico produzido nas últimas décadas.

Na figura 2, percebe-se que uma enorme rocha traquítica, consolidada, foi escavada no seu interior para dar origem a dois compartimentos, cada um deles com uma entrada própria. A rocha parece ter sido arredondada para aparentar uma forma esférica.



Figura 2- Estrutura escavada numa falésia da Ribeira dos Bispos, São Miguel (fotografia de Pedro Damião Ponte, 2017).

As formas geométricas das portas são distintas e os pisos de cada um dos compartimentos ou câmaras estão desnivelados. Há claros indícios de que tanto num passado mais longínquo, como num passado mais recente que essas entradas tenham sido tapadas com portas de madeira. Tal facto não é incomum em columbários, tal como refere Clerlin (2013), no entanto há ainda alguns pregos industriais presos no exterior que indiciam ter existido no local portas de madeira recentes. Tais pregos pouco ou nada têm a ver com a arquitetura da estrutura ou com a sua funcionalidade, estarão certamente relacionados com reutilizações, também elas difíceis de prever.

As perguntas fundamentais que aqui se colocam são as questões básicas de qualquer investigação: O que é? Para que serve ou serviu? Ou, quem construiu essa estrutura?

Percebe-se apenas, quando se entra em qualquer um dos compartimentos ou câmaras, que a divisão interna ou parede que as separa, não tem exatamente esse objetivo, ou seja, o de

separar uma câmara da outra, pois essa fronteira é desadequada na medida em que dois orifícios ou nichos fazem a comunicação entre ambas.

As portas orientam-se para Norte -Nordeste e na superfície exterior da estrutura existe um conjunto vasto de marcas ou orifícios difíceis de explicar.

Não há qualquer dúvida que toda a estrutura foi construída de raiz, encontrando-se em todo o seu interior as marcas das ferramentas que a esculpiram.

A câmara do lado direito tem, alinhados, junto ao solo, um conjunto de dez nichos, com a parte superior arqueada (ver figura 3).

Na câmara da esquerda, quando estamos voltados para a estrutura, encontramos quatro nichos de dimensões muito superiores aos da direita, também eles alinhados junto ao solo e de face quadrangular, implantados na parede do fundo (ver figura 4).



Figura 3- Câmara da direita com dez nichos arqueados na parte superior, alinhados junto ao solo.



Figura 4- Nichos de face quadrangular, alinhados na parede do fundo da câmara da esquerda.

A primeira hipótese explicativa para esta estrutura, levantada por populares e apoiada por um conjunto de pelo menos quatro arqueólogos que visitaram o lugar, é de que se trata de uma estrutura destinada à criação de aves: de um lado criavam-se pombos, daí os nichos serem mais pequenos, e do outro, com quatro nichos maiores, criavam-se galinhas. Repare-se que tal hipótese não pode ser considerada uma conclusão e para que seja aceite, ter-se-á que encontrar pelo menos uma estrutura semelhante que tenha sido construída e utilizada para o mesmo fim. Por outro lado, essa hipótese interpretativa centra-se apenas no facto de existirem nichos que possuem algumas semelhanças com aqueles que de facto se encontram nos pombais, especialmente os de face quadrada, mas que não se encontram em galinheiros. No entanto esses nichos de face quadrada são grandes de mais para pombos, e os pequenos com a parte superior arqueada, são pequenos de mais para essas mesmas aves. Talvez seja por isso que tenha havido a necessidade de considerar-se nessa hipótese que estaríamos em presença de um pombal e de um galinheiro. Nos dez nichos do lado direito, não há espaço para os pombos acasalarem ou até mesmo para que um só pombo aí se introduzisse, pois em média medem entre 29 cm e 37 cm. Seria difícil um pombo reproduzir-se em tal espaço e em tais nichos, pois como se sabe esta é uma espécie monogâmica e se o casal não acesse ao ninho, seria difícil nidificar.

Tal como afirma Clerlin (2013), a melhor forma de distinguir um pombal de um columbário ou estrutura fúnebre é olhar para a disposição dos nichos e ocupação dos espaços. Num pombal não há necessidade de alinhar os nichos e o espaço é amplamente utilizado de modo a conter o maior número de nichos possível. Diz ainda esse autor que o número de nichos num columbário "...dispunham-se seguidos, numa fila contendo entre um e dez nichos". É exatamente o que se encontra na estrutura da Ribeira dos Bispos tanto em número de nichos, alinhamento dos mesmos e utilização dos espaços das câmaras. Se estívéssemos na presença de um pombal, haveria nesse local um claro desperdício de espaço e de esforço.

Acerca dessa confusão entre estruturas, Clerlin (2013) diz que é descrito desde a antiguidade que os pombais, edifícios construídos para abrigar pombos ou pombas (*columbae*) tem nichos arredondados, feitos para que cada casal [de pombos] fique posicionado em filas próximas, e o número dessas fileiras deve ser o maior possível, do chão até o teto. ". Nesse contexto de criação de aves, o termo "*columbarium*" refere-se a um nicho para pombas (em pares) encaixados nas paredes internas de uma estrutura construída especificamente para o efeito, podendo nalguns casos, aparecerem nichos de nidificação no exterior da estrutura.

Se atentarmos à tipologia de estruturas que se acaba de referir, é por demais claro que nos nichos da câmara direita da estrutura da Ribeira dos Bispos, não cabe um casal de pombos, e por outro lado, não há aproveitamento do espaço do solo até ao teto. Assim, a hipótese explicativa de que essa estrutura é um misto de galinheiro com pombal, não faz qualquer sentido e terá que ser rejeitada até prova em contrário.

As semelhanças entre os nichos da direita desta estrutura e os nichos do columbário de Henchir El Kantara – Menix, na ilha de Djerba, no sudeste da Tunísia, são enormes (ver figura 5).

Akkari-Weriemmi, (2004) afirma que pela sua morfologia estrutural interna, baseada na presença de nichos com sendo a sua principal componente, o edifício praticamente demolido de Henchir El Kantara corresponde a um túmulo coletivo associado a incineração e classificado inequivocamente e sem hesitação como semelhante aos túmulos coletivos romanos. Apesar da certeza com que a autora aparenta ter quanto à cronologia do columbário de Henchir El Kantara, em Djerba, esta afirma ainda, de modo contraditório, que o columbário de Dar Al Ghoula ou de Henchir El Kantara não possui elementos adequados para a sua datação. A cronologia que a autora atribui a esse monumento funerário prende-se com a sua semelhança com os columbários romanos e com o facto de na ilha as estruturas fúnebres arcaicas que se encontram serem de origem romana.



Figura 5- Nichos do Columbário de Henchir El Kantara, na ilha de Djerba, Tunísia (Imagem extraída de Akkari-Weriemmi, (2004)).

Como se acabou de descrever, os elementos mais característicos dos columbários fúnebres são os seus nichos, colocados em fileiras nas paredes internas das estruturas e correspondem sempre a estruturas coletivas.

Apesar dos nichos do hipotético columbário da Ribeira dos Bispos serem inequivocamente semelhantes a nichos de columbários púnico-romanos, ainda existe outra característica ou particularidade dessa estrutura que tem que ser acentuada: as câmaras comunicam entre si por dois orifícios/nichos na parede divisória.

Clerlin (2013) refere que nos columbários familiares podem aparecer câmaras separadas, onde uma delas é destinada a um grupo de indivíduos que, não tinha relações de parentesco legalmente reconhecidas com quem era proprietário da estrutura, normalmente aristocratas.

Esses proprietários por vezes permitiam uma associação de câmaras onde ocorria o sepultamento dos seus escravos. Por outro lado, essa prática passou a ser tão comum que tais arranjos funerários foram transferidos para a lógica de construção de columbários não familiares. Tal conclusão resulta do facto de, alguns columbários conterem pessoas enterradas juntas sem qualquer relacionamento claro ou parentesco. Como refere Nielsen, citado por Clerlin (2013), nem todos os columbários pertenciam a famílias aristocráticas ou colegiais: alguns eram propriedades privadas, e os “nichos” podiam ser vendidos e comprados livremente.

O arranjo espacial no interior das câmaras do hipotético columbário da Ribeira dos Bispos promove aquilo a que Clerlin, (2013) designa de “solidariedade espacial” por se tentar dar uma ideia de “contiguidade” entre unidades, mas separando tipos de nichos por fronteiras “frágeis” que podem também separar classes sociais. O facto de existirem em câmaras diferentes nichos de dimensões diferentes dá uma ideia de hierarquia a esse espaço, onde os nichos maiores e em menor número parecem ser os mais importantes. Por outro lado, o sentido de “contiguidade entre unidades” é dado, nas estruturas da Ribeira dos Bispos, pela existência de duas entradas distintas que acedem a um mesmo espaço que está interligado (ver figura 6).



Figura 6- Orifícios de ligação e possível altar na estrutura da Ribeira dos Bispos (Fotografia de Ricardo Moreira).

Apesar dos altares não serem característicos dos columbários, alguns autores como Roller, (2006) mencionam a sua existência em Roma, associados a columbários Etruscos ou Romanos. Também é referida a existência de altares nas estruturas hipogeicas fenícias de Malta (ver Sagona 2013), cujas tipologias se assemelham um pouco ao hipotético columbário que aqui se descreve. Por outro lado, a cavidade que se encontra por debaixo da pedra paralelepípedica

esculpida na parede aparenta-se com um túmulo para a deposição de um corpo não cremado. Essas combinações podem parecer estranhas, mas são de facto as combinações que se observam nessa estrutura, podendo alguns dos pormenores iniciais terem sido alterados ao longo dos últimos tempos.

Se a mistura de estilos de nichos parece pouco provável para que a estrutura da Ribeira dos Bispos possa ser considerada um hipotético columbário, então basta considerar o caso do columbário de Bordj el Ain na Tunísia, referido por Clerlin, (2013), que possui doze nichos: sete com a parte superior em forma de arco e cinco com face retangular.

Assumir-se que a estrutura tipo columbário da Ribeira dos Bispos foi construída em simultâneo com os moinhos que aí se localizam, para guardar ferramentas ou até mesmo ter outra qualquer utilidade, não é uma hipótese credível face aos paralelismos que anteriormente se estabeleceram com estruturas arcaicas do Mediterrâneo.

De acordo com Martins (2007) é na segunda metade de oitocentos, e nas duas primeiras décadas do século XX, que as rodas hidráulicas tiveram um papel inovador nas iniciativas industriais que se desenvolveram em espaços rurais dos Açores em geral, e na Ribeira dos Bispos em particular. Martins (2007) aponta a construção dos moinhos da Ribeira dos Bispos como estando em torno de 1854. É pouco verosímil que no século XIX se tenha feito tão grande esforço para a criação de aves, num espaço como a Ribeira dos Bispos, quando o conhecimento sobre criação desse tipo de animais era bastante desenvolvido no país e na região. Por outro lado, ao hipotético columbário da Ribeira dos Bispos não se acede diretamente desde os moinhos que aí estão construídos pelo que se torna outra vez improvável que tal casa de arrumos ou “galinheiro” tivesse utilidade prática.

Observando atentamente o local de instalação da estrutura da Ribeira dos Bispos, verifica-se ter existido aí um grande cataclismo associado muito provavelmente a um grande evento sísmico, pois uma grande rocha da barreira fraturou-se, na qual se encontram claros vestígios de trabalho humano, da mesma natureza daqueles que encontramos no interior da estrutura em análise (ver figura 7).



Figura 7- Enorme bloco traquítico que se desprendeu da mesma massa rochosa que constitui o hipotético columbário da Ribeira dos Bispos.

Considerando as dimensões do bloco (aproximadamente 30 metros cúbicos), a sua posição relativa e o afastamento da rocha da mesma natureza da qual ele se desprendeu, o fator mais provável que desencadeou essa separação terá sido um grande sismo.

O grande sismo mais próximo de nós que poderia ter produzido tal rompimento de rochas seria o de 1848 que afetou essencialmente o noroeste da ilha de São Miguel. Mesmo tendo sido tal sismo o responsável pelo desprendimento do bloco, tal evento teria ocorrido antes da construção dos moinhos da Ribeira dos Bispos, o que torna improvável a hipótese de que a estrutura seja contemporânea dos moinhos. Por outro lado, os traços da erosão provocada pela chuva nessa rocha são muito acentuados, indiciando que tal evento tenha ocorrido há vários séculos pelo menos.

As marcas de ferramenta observadas nessa rocha são em tudo idênticas às que encontramos no interior das estruturas e algumas zonas contém o que parecem ser nichos destruídos, pelo que se pode afirmar que se trata da mesma tecnologia e do mesmo tipo de ferramentas (ver pormenor da figura 8) e que a estrutura em apreço era maior e mais complexa do que é na atualidade.



Figura 8- Parte de bloco que se desprendeu da arriba e que parece contar parte destruída de um nicho.

Não só o desmoronamento de rochas no local, como o facto de a estrutura ter sido maior do que é na atualidade, derruba qualquer teoria que tenta explicá-la como tendo sido planeada para arrumos ou criação de aves. Não se põe em causa que tal estrutura possa ter sido reutilizada ao longo dos tempos, o que não faz sentido é explicar a sua arquitetura e o enorme esforço que foi necessário fazer para a construir, com hipóteses banais e desadequadas.

Há na sua fachada alguns pormenores desconcertantes e enigmáticos, nomeadamente orifícios cilíndricos (ver figura 9) bem como algumas marcas que se assemelham a inscrições muito erodidas. Unindo os orifícios cilíndricos que se encontram na “fachada” da estrutura, com linhas imaginárias, obtém-se uma forma aparentada com a da Ursa Maior, que seria claramente vista desse local, uma vez que a estrutura se orienta para norte. Se de facto tais orifícios representassem a constelação da Ursa Maior, teria uma estrela a mais do que a habitual representação dessa constelação em forma de carreta (tal como Camões a designava), no entanto, se acrescentássemos a estrela Arcturus que anda sempre próxima da constelação da Ursa Maior, estrela essa conhecida como “a Guarda” da Ursa Maior, a disposição das oito estrelas seria próxima do desenho que encontramos. Isso poderá ser uma mera coincidência, mas esta interpretação poderá ajudar a datar a estrutura, caso tal hipótese se verifique estar correta.

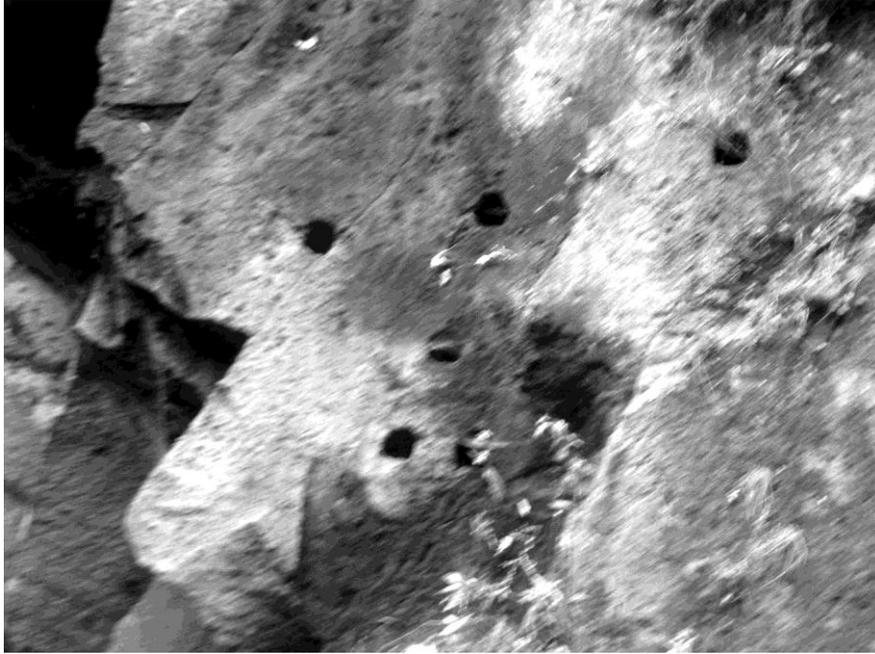


Figura 9- Disposição de seis dos oito orifícios circulares encontrados na “fachada” da estrutura em análise, localizados à esquerda da porta esquerda.

O que parece óbvio e objetivo é que, tais orifícios não tendo qualquer funcionalidade atribuída ou conhecida, poderão ser remetidos para a área do simbólico.

Entre as duas portas parecem existir inscrições com símbolos que não são claramente letras conhecidas, mas que também não são claramente marcas de ferramentas (ver figura 10). Dada a erosão observada na “fachada” da estrutura, tais símbolos terão que ser estudados com luz tangencial ou então com luz com vários comprimentos de onda de modo a perceber-se as formas ou contornos que têm.

Um dos símbolos da lateral esquerda da estrutura ainda está bem visível e corresponde inequivocamente a uma cruz que possui no primeiro quadrante um orifício cilíndrico cujo diâmetro é substancialmente menor do que aqueles que compõem a hipotética Ursa Maior (ver figura 11).



Figura 10- Hipotética inscrição entre as portas da estrutura em análise.

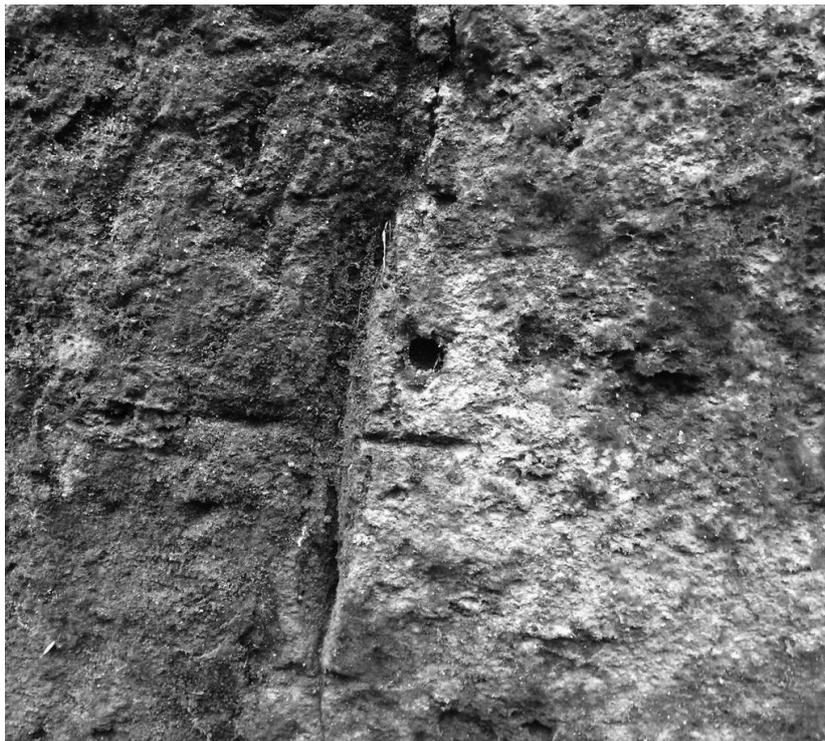


Figura 11- Cruz e círculo inscrito na “fachada” da estrutura em análise.

Não discutiremos aqui demoradamente a antiguidade dos símbolos ou os seus hipotéticos significados, apenas se pode garantir que existem indícios fortes de que haja simbologia desconhecida associada a esta estrutura. Relativamente ao símbolo da cruz, perfeitamente reconhecido, existe muita especulação que lhe está associada, mesmo no período pré-histórico, onde se tenta relacioná-lo com a simbologia astronómica ou cosmológica ou com os

pontos cardeais, ou até mesmo com a unidade de um eixo vertical, *mundi*, ou um pólo celeste com o mundo horizontal (Liumgman, 1991).

Na Idade do Bronze Europeia, o símbolo da cruz parece ter um significado religioso, talvez como um símbolo de consagração, especialmente relativo ao sepultamento (Liumgman, 1991) e estava ligado ao culto de Astarte na cultura fenícia e cartaginesa.

Para tentar esclarecer usos da estrutura em análise, recolheu-se e analisou-se uma amostra de uma substância esbranquiçada, recolhida num dos nichos grandes do interior da estrutura, e verificou-se que esta era constituída por carbonato de cálcio e óxido de cálcio, ou seja, continha essencialmente cal. A cal desde muito cedo que aparece em contextos funerários, mas também poderá aparecer em contextos modernos e não forçosamente fúnebres. Os carbonatos presentes na amostra poderiam ser produzidos por micro-organismos, que formam biofilmes, especialmente cianobactérias e algas, pelo que a amostra foi observada ao microscópio.

Na amostra encontraram-se as seguintes diatomáceas:

1-*Cyclotella* sp., cuja origem é maioritariamente marinha;

2- *Cymbella* sp., cuja origem pode ser marinha;

3-*Navicula* sp., cuja origem pode ser marinha;

4- *Navicula distans* que é uma espécie marinha (ver figura 12).

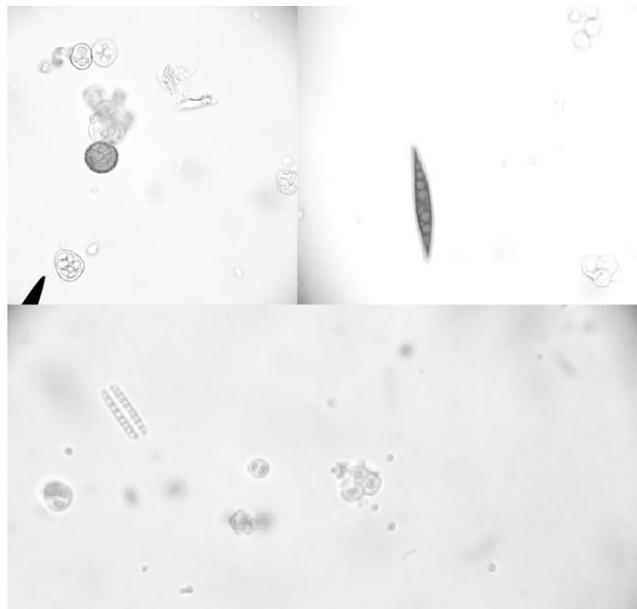


Figura 12- Diatomáceas encontradas no interior de um nicho na câmara esquerda da estrutura em análise.

Estes resultados apontam para que tenha estado dentro da estrutura ou mesmo no nicho, conchas, peixe ou cerâmicas, pois a diatomácea *Navicula distans* é de origem marinha. Uma vez que a estrutura em análise se encontra longe do mar a introdução de diatomáceas

marinhas só se fez por ação do homem, podendo estas estarem associadas à produção de cal a partir de conchas, todavia essa ligação não é inequívoca, mas contribui para enfraquecer a hipótese de que no lugar se procedia à criação de aves, no entanto também pode fortalecer a hipótese de que o local tenha sido utilizado como abrigo, onde se comeu peixe ou molúsculos. O que não é claramente explicado pelas hipóteses “Pombal-galinheiro” ou “abrigo” é a presença de cal nesse local.

Considerações finais

Tentou-se perceber as características arquitetónicas de uma estrutura aparentemente arcaica encontrada na Ribeira dos Bispos, na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, Concelho da Povoação, ilha de São Miguel, recorrendo a comparações tanto construtivas e arquitetónicas como funcionais. Registaram-se todos os pormenores para, a partir deles tentar elaborar e testar hipóteses.

Em extremos opostos, em termos de funcionalidade, colocaram-se duas hipóteses:

- a) A hipótese mista de pombal-galinheiro,
- b) A hipótese de estrutura fúnebre.

Não há qualquer evidência que suporte a hipótese a) mas existem paralelismos enormes no Mediterrâneo com estruturas fúnebres arcaicas, o que fortalece a hipótese b). Essa hipótese é corroborada pelas observações de alguns autores que mencionam a possível presença no Arquipélago dos Açores de povos antigos, como Damião de Góis, Gaspar Frutuoso e o barão de Humboldt e entronca no paradigma das recentes investigações que têm sido levadas a cabo no Arquipélago, e que provam, via datações, a existência nos Açores de gente antes do povoamento português, com uma cronologia ainda muita incerta.

Não se pode deixar de referir que essa estrutura foi reutilizada num passado recente, como se pode observar pelos restos de madeira que ainda estão presos na sua fachada, ou pela presença de pregos comerciais cravados nessa mesma fachada. A existência de artefactos recentes num dado local, não implica que, cronologicamente a estrutura seja moderna, pois se assim fosse, o lixo abandonado nas suas imediações e o sinais desta ter sido usada possivelmente como abrigo da chuva recentemente, obrigar-nos-ia a afirmar que a estrutura teria sido construída em 2017. Não podemos nunca confundir construção com reutilização.

Arquitetonicamente, não se encontrou qualquer paralelismo entre essa estrutura e qualquer pombal ou galinheiro nos Açores ou no mundo, mas todos os pormenores observados coincidem com uma estrutura fúnebre púnica ou romana. Não é fácil sem uma investigação profunda encontrar materiais datáveis à superfície que permitam aferir a sua cronologia, no entanto podemos, por lógica, e tendo em conta a sismicidade do local e os efeitos produzidos na arribas do local, apontar para uma cronologia claramente anterior ao século XVI, pois os eventos sísmicos mais intensos que ocorreram nesse local rondam as datas de 1432 a 1460.

Perante dúvidas que se crê serem fundamentadas, relativamente à época de construção, cultura que a produziu e funcionalidade, colocar-se a hipótese de que essa estrutura é um galinheiro, pombal ou curral de porco, é desvalorizar de imediato esse património. Assumir

pelo contrário que há necessidade de investigá-lo com todo o cuidado, porque há fortes indícios deste ter um enorme valor, seria no mínimo assumir o princípio da precaução.

Toda e qualquer hipótese de investigação necessita de observação e dados, e não carece de opiniões ou sensibilidades. A ciência não assenta “nas palavras de ninguém”.

Dizer-se que esta estrutura poderia ser um galinheiro ou um curral de porcos, sem investigação, equivale a dar-se pérolas a porcos.

Agradecimentos

Agradece-se a colaboração institucional da Junta de Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, especialmente do seu Presidente, o senhor António José Correia Medeiros, do senhor Pedro Damião Ponte, do senhor Ricardo Moreira e do senhor Rafael Fraga.

Bibliografia

Agostinho, J. 1946. Achados Arqueológicos nos Açores. *Açoreana*. Vol. IV: Fase. I. p.101. Angra do Heroísmo.

Akkari-Weriemmi, J. 2004. Le Columbarium de Dar Al Ghoula à Djerba (Tunisie). *Africa*. 20: 17-35.

Axel Mörner, N. & Lind, B. 2015. Long-Distance Travel and Trading in the Bronze Age: The East Mediterranean-Scandinavia Case. *Archaeological Discovery*. (3): 129-139.

Bosworth, S. 1905. *Rome and Carhage*. Charles Scribner's Sons. New York.

Carreiro da Costa, F. 1989. *Etnologia dos Açores*. Vol I. Câmara Municipal da Lagoa. Lagoa.

Cunha da Silveira, M. 1963-1964. Do Contributo Flamengo nos Açores. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. N.ºs 21-22: 11-144.

Gaspar Frutuoso. 1522-1591. *Saudades da Terra*. Livro III. Instituto Cultural de Ponta Delgada (1998). Ponta Delgada.

Gaspar Frutuoso. 1522-1591. *Saudades da Terra*. Livro VI. Instituto Cultural de Ponta Delgada (1998). Ponta Delgada.

Góis, D. 1567. *Chronica do Principe Dom Joam*. Biblioteca Nacional de Portugal.

Humboldt, A. 1881. *Examen Critique de la Geographie du Nouveau Monde*. In Arquivo dos Açores. Universidade dos Açores (1981, edição fac-similada pela edição de 1881, vol. III, pp. 111–112). Ponta Delgada.

Juliano, M. & Alves, M. 2007. The Atlantic Subtropical Front/Current Systems of Azores and St. Helena. *Journal of Physical Oceanography*. 37: 2573-2598.

Kenneally, C. 2015. *The Invisible History of the Human Race*. Penguin Books. New York.

Liungman, C. 1995. *Dictionary of Symbols*. ABC-CLIO, Inc. Santa Barbara.

Martins, R. 2007. *Para uma Antropologia da água doce no Arquipélago dos Açores*. Departamento De História, Filosofia E Ciências Sociais Centro De Estudos Etnológicos. Universidade dos Açores. Ponta Delgada. 13pp.

Martins, N., 2015. A Historiografia e o Povoamento da Ilha Terceira. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. LXXIII: 189-203.

Merlin, A. 1944. La Véritable portée du Périples d'Hannon. *Journal des Savants*. pp. 62-76.

NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration). 2016. *Northeast Fisheries Science Service*. https://www.nefsc.noaa.gov/drifter/index_2016.html. Data de consulta: junho de 2018.

Pimenta, F., Ribeiro, N., Joaquinito, A., Rodrigues, F., Costa, A., Silva, F., 2013. Land, Sea and Skyscape: Two Case Studies of Man-made Structures in the Azores Islands. *Culture and Cosmos*. 17(2): 107-132.

Podolyn, J. 1778. Erreichung der Azoren Durch die Karthager und die Frage einer Fruhen Kenntnis Amerikas. *Göteborgske Wetenskap og Witterhets Samlingar*. Vol. I: 138-154.

Ribeiro, N., Joaquinito, A. & Pereira, S. 2010. *Phoenicians in the Azores: Myth or Reality?*. Portuguese Association for Archaeological Investigation. Portugal.

Ribeiro, N., Joaquinito, A., Rodrigues, A., Azevêdo, M. T., 2017. Arqueologia e Arte Rupestre na Macronésia: Novos Contributos. *Techne* 3 (1): 113-124.

Rodrigues, F., 2013. Megalithic Discoveries in the Azores. *Proceedings of the 16th Annual Mediterranean Studies Association International Congress*. Angra do Heroísmo, Portugal. 29 May-1 June 2013.

Rodrigues, F., 2015a. Megalithic Constructions Discovered in the Azores, Portugal. *Archaeological Discovery*. 3: 51-61.

Rodrigues, F. 2015b. Uma viagem através dos petróglifos de barcos da ilha Terceira, Açores-Portugal. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Volume LXXIII: 173-187.

Rodrigues, F., Martins, N.O., Ribeiro, N., Joaquinito, A., 2015. Early Atlantic Navigation: Pre-Portuguese Presence in the Azores Islands. *Archaeological Discovery*. 3: 104-113.

Rodrigues, A. F., Madruga, J., Martins, N. & Cardoso, F. 2018. *Dating the cart-ruts of Terceira Island, Azores, Portugal*. (Em fase de publicação).

Roll, M. 2006. *Dining Posture in Ancient Rome: Bodies, Values, and Status*. Princeton University Press. Oxford.

Romanelli, P. 1970. *Topografia e Archeologia dell'Africa Romana*. Società editrice internazionale. Torino.

Rull, V., Arantza, L., Rubio-Inglés, M. J., Giralt, S., Gonçalves, V., Raposeiro, P., Hernández, A., Sánchez-López, G., Vázquez-Loureiro, D., Bao, R., Masqué, P., Sáez, A. 2017. Vegetation and landscape dynamics under natural and anthropogenic forcing on the Azores Islands: A 700-year pollen record from the São Miguel Island. *Quaternary Science Reviews*. 159: 155-168.

Sagona, C. 2013. *The Archaeology of Malta: From the Neolithic through the Roman Period*. Cambridge University Press. New York.

Schiebel, R., Schmuker, B., Alves, M. & Hemleben, C. 2002. Tracking the Recent and late Pleistocene Azores front by the distribution of planktic foraminifers. *Journal of Marine Systems*. 37: 213 – 227.

Schinas, J. 2011. *Circumnavigating Africa – in the wake of the Phoenicians*. <https://www.yachtmollymawk.com/2011/01/phoenicia/>. Data de consulta: Junho de 2018.